

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.339.375 - RS (2018/0194933-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : LEONIR DOMINGOS LONDERO
ADVOGADOS : FÁBIO DAVI BORTOLI - RS066539
ALEXANDRE LUIS JUDACHESKI - RS066424
AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por LEONIR DOMINGOS LONDERO contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 166):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO, DANO MORAL E RESPONSABILIDADE CIVIL DISSUASÓRIA. INDEFERIMENTO PARCIAL DA PETIÇÃO INICIAL. APRESENTAÇÃO DE FATURAS. DESCABIMENTO. A PROVA POSTULADA É PLENAMENTE ACESSÍVEL AO CONSUMIDOR, CUMPRINDO A ELE ACOSTAR AS FATURAS EM QUE ALEGA TER HAVIDO COBRANÇAS INDEVIDAS. DANO MORAL. EVIDENTE O INTERESSE DA PARTE AUTORA EM REPARAR O DANO MORAL OCASIONADO POR COBRANÇAS INDEVIDAS. DADO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. .

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 176-181), sustentou a parte recorrente violação aos arts. 355, 358 e 475-B, § 1º do Código de Processo Civil de 1973 (art. 396, 399, I e III e 524, § 4º do NCPC), insurgindo-se contra a decisão recorrida que negou o pedido para que a empresa recorrida seja compelida a exibir as faturas em que se discute cobranças indevidas.

Sem contrarrazões.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Da leitura dos autos colhe-se que o Tribunal de origem negou o pedido da parte recorrente para apresentação das faturas nos seguintes termos:

Em relação ao pedido de apresentação de faturas, entendo que não merece

acolhimento a alegação da recorrente de que compete à demandada apresentar as faturas telefônicas, justamente porque é sabido que as faturas de cobranças são mensalmente remetidas ao contratante para o seu endereço, sendo, portanto, **uma prova de fácil acesso ao consumidor, cabendo a ele o dever de produzi-la, já que a sua pretensão está justamente calcada na alegação de cobranças indevidas.**

Essa situação, especificamente, não se trata de uma situação de inversão do ônus da prova, visto que ausente hipossuficiência da demandante para a demonstração da prova.

Dessa forma, observa-se que o conteúdo normativo dos arts. 355, 358 e 475-B, § 1º do Código de Processo Civil de 1973 (art. 396, 399, I e III e 524, § 4º do NCPC) não foi objeto de debate pela Corte de origem, isto porque no acórdão recorrido, o Tribunal *a quo* afastou a hipossuficiência da parte, visto que ela recebia as faturas em casa. Por tal razão, com fundamento no art. 333, I, do CPC/73 (art. 373 do NCPC), concluiu que seria dela o ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito quanto à cobrança e o pagamento indevido.

Assim, observa-se, de um lado, a ausência de prequestionamento dos dispositivos arrolados pela parte recorrente, a atrair o óbice da Súmula 282 do STF, e, de outro, a deficiência das razões recursais, na medida em que os mencionados dispositivos de lei não embasam a tese defendida de necessidade de exibição das faturas.

Nesse contexto, resta caracterizada a deficiência na fundamentação do apelo extremo, no que tange à violação dos arts. 355, 358 e 475-B, § 1º do Código de Processo Civil de 1973 (art. 396, 399, I e III e 524, § 4º do NCPC), pois apresenta razões dissociadas do que foi decidido pelo acórdão recorrido, circunstância atrativa do óbice contido na Súmula 284/STF.

Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS AUTORES.

(...)

4. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a **apresentação de razões dissociadas desse fundamento, impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes 5. Agravo interno desprovido.**

(AgInt no AgInt no AREsp 756.254/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 04/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS IMPUGNADOS. AÇÃO REVISIONAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO POR MORTE. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO IGUALITÁRIO. REVISÃO. IN CASU, IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

SÚMULAS 5 E 7/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 1º DA LEI COMPLEMENTAR 108/2001 E 77 DA LEI 8.213/91. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (...)

5. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

6. Agravo interno provido. Agravo em recurso especial conhecido, para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1340592/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

2. Ademais, revisar o entendimento da Corte de origem quanto ao ônus de exibição dos documentos, nos termos requeridos, é procedimento que reclama a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível em recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA DE VALORES INDEVIDOS EM FATURA DE SERVIÇO DE TELEFONIA. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. ART. 205 DO CC. EXIBIÇÃO DE FATURAS. SÚMULAS N. 282 DO STF E 7 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. À pretensão de repetição do indébito por cobrança indevida de valores de serviços de telefonia não contratados aplica-se o prazo prescricional trienal previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/2002.

2. Incide a Súmula n. 282 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

3. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1517734/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 23/05/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMPRESA DE TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. NON REFORMATIO IN PEJUS. REPETIÇÃO EM DOBRO. MÁ-FÉ. DANOS MORAIS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Em respeito ao princípio do non reformatio in pejus, permanece hígido o entendimento do acórdão impugnado de que, na hipótese, prescreve em cinco anos a ação de repetição de indébito por cobrança indevida de valores referentes a serviços não contratados, promovida por empresa de

telefonia.

2. A tese da repetição em dobro dos indébitos não merece provimento, pois o acórdão recorrido, ao considerar expressamente a inexistência de má-fé, encontra-se em sintonia com a jurisprudência consolidada nesta Corte.

3. Para afastar a conclusão de que a cobrança decorreu de mera falha na prestação do serviço e de que não há provas de má-fé da recorrida, seria necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

4. Modificar o entendimento do tribunal de origem a respeito da não configuração do dano moral demandaria incursão no acervo fático-probatório, o que se mostra inviável, ante a natureza excepcional da via eleita, a teor da Súmula nº 7/STJ.

5. A instância ordinária entendeu, à luz do art. 333, I, do CPC, que era encargo da recorrente a exibição de todas as faturas do contrato, não se pronunciando acerca do art. 475-B, § 1º, do CPC. Rever tal entendimento esbarra na Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no AREsp 630.289/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 04/02/2016)

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator